

Indústria extractiva

Sociedade civil critica atraso na criação da alta autoridade

Por Argunaldo Nhamossa

Organizações da sociedade civil moçambicanas manifestaram terça-feira preocupação com o atraso na instalação da Alta Autoridade da Indústria Extractiva (AAIE), considerando a entidade importante para a eficácia da fiscalização das actividades e controlo das receitas do sector.

Entende a sociedade civil que a AAIE poderá ajudar na mitigação das injustiças de que as comunidades residentes nas zonas com recursos naturais são alvo.

Os reassentamentos, compensações e o facto de as comunidades não colherem nenhum benefício da exploração dos seus recursos são aspectos críticos que podem ser resolvidos pela instituição.

Criada por força do artigo 25 da lei 20/2014, de 18 de Agosto, Lei de minas, a AAIE devia ter sido instalada em 12 meses após a aprovação da lei pela Assembleia da República.

Passados quatro anos sem que a entidade fosse instalada, as organizações da Sociedade Civil ergueram a voz para exigir os devidos esclarecimentos sobre o assunto.

Peritos do sector, membros do governo, parlamentares e membros da sociedade civil reuniram-se numa mesa redonda sob o lema “governança de

recursos naturais e minerais em Moçambique, fortalecendo o papel desenvolvimentista do sector extractivo em Moçambique”.

Tomás Viera Mário, director executivo da Sekelekane, narrou a trajectória do sector extractivo no país e falou das dificuldades e conquistas.

Dividiu por duas etapas o período de exploração dos recursos naturais no país, sendo o primeiro entre 1998-2007, altura em que se instalaram a Sasol, Vale, Kenmare, entre outras multinacionais.

Explicou que foi um período no qual havia um sigilo total e completo em torno dos contratos deste sector e que ninguém poderia solicitar qualquer informação sobre aqueles documentos.

Este facto, de acordo com o director executivo da Sekelekane, contribui bastante para que os processos de reassentamento agravassem o sofrimento das populações.

O segundo período, para Tomás Viera Mário, vai de 2008 a 2018, caracterizado pelos grandes projectos de gás, grafite e rubis, na província nortenha de Cabo Delgado.

Descreveu este período como tendo sido marcado pela publicação dos contratos, a partir de 2013, graças à pressão exercida pelas organizações da sociedade civil.

No entanto, lamenta que passado este tempo ainda haja projectos cuja implementação viola a exigência das consultas comunitárias, tornando esta acção em meros formalismos administrativos.

Denunciou a ilegalidade do DUAT da Anadarko, alegando que não seguiu os trâmites legais. Apesar de saudar as melhorias registadas no diálogo com as multinacionais, entende que é preciso que se estabeleçam mecanismos permanentes de contacto, consulta e monitoria entre as empresas, governo e sociedade civil, para que os recursos não se tornem uma maldição.

Defendeu, por isso, a instalação da AAIE, que vai contribuir para a mitigação de conflitos.

Esta ideia foi replicada por outros intervenientes, que questionaram os representantes do governo sobre o ponto de estágio da instalação da AAIE. Respondendo a essas preocupações, Marcelina Joel, directora do Gabinete Jurídico do Ministério dos Recursos Naturais e Energia (MIREME), disse que, por manifesta sobreposição de competências e atribuições entre o Instituto Nacional de Petróleos, entidade reguladora, e o Instituto Nacional de Minas, bem como o ministério na sua intervenção neste sector, o governo recomendou a resolução daquelas questões.

Explicou que o MIREME contratou um consultor para ajustar o modelo de actuação da AAIE à realidade nacional.

“Não se cria uma AAIE sem nenhum propósito, temos de criar um modelo que responda às nossas necessidades. Já temos o primeiro draft e, dentro de seis meses, vamos apresentar uma proposta final ao público”, disse.

A questão da responsabilidade social das multinacionais foi outro assunto abordado no encontro.

Jaime Neto, deputado da Frelimo na Assembleia da República e vice-presidente da Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente, entende que é preciso que se clarifique a participação das empresas no âmbito da responsabilidade social, tendo por isso apelado ao apoio da sociedade civil na melhoria da proposta.

Referiu que muitas propostas de lei vêm do executivo e já com prazos apertados são enviadas aos parlamentares, que, por isso, não têm muito campo de manobra para fazerem as consultas necessárias.

Manifestou abertura dos parlamentares no que for necessário, mas também mostrou indignação com o facto de a responsabilidade social da Sasol não responder às verdadeiras necessidades das populações.

Estado tem suas responsabilidades

Em representação da CTA, José Mendes disse que a responsabilidade social não pode substituir o papel do Estado de prover infra-estruturas às comunidades.

Apontou que a construção de estradas, a electrificação dos distritos, a abertura de furos de água, entre outros são papéis específicos do Estado que não podem ser tributados às multinacionais.

Para Mendes, o mais importante na relação com as multinacionais é fazer cumprir a lei que estabelece que 25% da produção deve ficar no país para a sua industrialização. É neste prisma que diz que é possível criar uma indústria nacional de gás que vai gerar emprego aos moçambicanos.

Criticou o facto do executivo estar a adquirir autocarros para transporte público movidos a diesel enquanto há gás localmente.

Lançou um olhar para o grafite de Ancuabe em Cabo Delgado, destacando que seria importante que, a nível nacional, houvesse movimentações para a construção de uma fábrica de baterias para o abastecimento local.

Disse não fazer sentido que, produzindo grafite, o país continue a importar baterias recicladas.